

KUHN, Daniela Isabel; Gilson Leandro Queluz.
Corpos abjetos do lixo: noções de ordem e
higiene na vida de catadoras e catadores de
materiais recicláveis. *RBSE Revista Brasileira de
Sociologia da Emoção*, v. 15, n. 45, p. 132-142,
dezembro de 2016 ISSN 1676-8965

ARTIGO

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/>

Corpos abjetos do lixo Noções de ordem e higiene na vida de catadoras e catadores de materiais recicláveis

Abject bodies of garbage: notions of order and hygiene in life recyclable material collectors

*Daniela Isabel Kuhn
Gilson Leandro Queluz*

Recebido em: 11.03.2016
Aprovado em: 06.07.2016

Resumo: O artigo apresenta reflexões oriundas de uma pesquisa de doutorado realizada com catadoras/es de materiais recicláveis na região metropolitana de Curitiba, Brasil. Proponho refletir sobre os significados da imersão dos corpos no lixo, atentando para as relações com um contexto mais amplo – como o consumo exacerbado no sistema capitalista e a precarização deste trabalho – e aprofundando na discussão sobre a construção desta corporeidade, que contém e expressa abjeção. Para compreender esta realidade foi realizada uma pesquisa de campo em uma associação de catadoras/es de materiais recicláveis. A análise dos dados coletados conduziu a percepção de que o manuseio e a inserção no lixo constroem e dialogam com uma realidade social que produz nas/os catadoras/es um corpo considerado abjeto. Assim, procuro compreender algumas das formas de construção desta abjeção, abordando a construção histórica das representações sociais das práticas de higiene e de ordem, percebendo relações que estabelecemos entre o corpo, a sujeira, os rejeitos e o lixo e uma moralidade do bom, do certo, do normal, do dócil. **Palavras-chave:** catadoras de materiais recicláveis, corpos abjetos, abjeção, higienismo

Abstract: This paper presents reflections derived from a doctoral research with waste pickers of recyclable materials in the metropolitan region of Curitiba, Brazil. I propose to reflect on the meaning of immersion of the bodies in the trash, paying attention to relations with a broader context - such as excessive consumption in the capitalist system and the precariousness of this work - and deepening the discussion on the construction of this embodiment, which contains and expresses abjection. To understand this reality a field survey was conducted in an association of waste of recyclable materials. The analysis of the data led to the perception that the handling and insertion into the trash and build dialogue with a social reality that produces the pickers a body considered abject. So, I try to understand some of the forms of construction of this abjection, addressing the historical construction of social representations of health and order practices, realizing relationships established between the body, dirt, waste and garbage and a good of morality, the right, normal, and the docile. **Keywords:** recyclable material collectors, abject bodies, abjection, hygienism

Para começar

Na pesquisa que realizei no meu doutoramento abordei a rotina de trabalho de catadoras e catadores de materiais recicláveis, buscando refletir como a noção de abjeção se expressa na vida destas pessoas. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo inspirada na etnografia. Esta vivência ocorreu em uma associação de catadoras/es na região metropolitana de Curitiba, além de abarcar experiências em eventos referentes ao mundo da catação que contaram com a participação

do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Parti de uma compreensão de que o trabalho das/os catadoras/es tem sido uma atividade plenamente vinculada à estrutura do sistema capitalista. A prática da produção e do intenso consumo gera uma volumosa quantidade de materiais descartados, condição básica para a existência do trabalho de catação na sua atual configuração.

Além disso, a profissão de catadora/r tem sido exercida, de maneira geral, em condições precárias e indignas, o que também permanece como uma característica de vários outros trabalhos no sistema capitalista. Os dados de campo se mostraram férteis para a reflexão sobre as relações entre as condições precárias deste trabalho e a incidência da abjeção na vida das/os catadoras/es, sobretudo pelo fato de trabalharem com o lixo. Relativizo as noções de bagunça e de sujeira – historicamente construídas – pois as percebo como componentes encharcados de uma moralidade que contribui intensamente para que as/os catadoras/es sejam classificadas/os como corpos abjetos¹.

Neste artigo apresento algumas das reflexões que desenvolvi no estudo, abordando, notadamente, a construção histórica das referências de ordem e higiene que vigoram até hoje na sociedade brasileira e incidem em nossos corpos.

Na tese – intitulada “Eu não sou lixo”: abjeção na vida de catadoras e catadores de materiais recicláveis (KUHNS, 2016) - conclui que ser catadora/r de materiais recicláveis tem significado conviver com a realidade de existência como um corpo que causa abjeção. Reconhecer que existe uma concepção a respeito das/os catadoras/es que as/os enquadra como corpos abjetos, que opera preconceitos, discriminações, medos e violências, pode significar uma possibilidade de se rever esta percepção.

A “bagunça organizada”: “caos aparente” e “sujeira relativa”

As condições de trabalho das/os catadoras/es na Associação² me conduziram a refletir sobre a precariedade e indignidade presentes no trabalho que desenvolvem. No enfoque deste estudo, as condições de trabalho das/os catadoras/es são vetores que impulsionam estas pessoas para o que Butler (2008, p. 113) descreveu como as “zonas ‘inóspitas’ e ‘inabitáveis’ da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do ‘inabitável’ é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito”. Para a autora, estes são os espaços habitados pelos corpos classificados como abjetos.

Desta forma, a discussão se direcionou para o debate sobre os processos destas condições indignas e suas relações com a categoria de abjeção, que, por sua vez, assegura o espaço daquelas/es que estão circunscritas/os como sujeitos.

A vida dentro de um barracão de triagem de materiais, segundo Rosinha, catadora da Associação, não é para qualquer uma/um. “Tem gente que chega aqui e não aguenta. Veio uma mulher aqui, trabalhou de manhã e à tarde já foi embora chorando e dizendo que esta vida no lixo não é para ela”³. Eu mesma pude ser testemunha de situações semelhantes, nas quais presenciei a tentativa de algumas pessoas ingressarem como catadoras/es na Associação e a decorrente dificuldade em lidar com uma realidade cheia de desafios, mormente devido a precariedade das condições de trabalho.

Uma catadora do interior de São Paulo apresenta um panorama sobre as condições de trabalho:

Os catadores são uma bagunça organizada. O pessoal critica que a gente é bagunceira, desorganizada, relaxada. Mas não tem jeito, porque geralmente o local de trabalho não é adaptado a um centro de triagem. Para organizar um barracão de um jeito bom, a gente precisa de um espaço bom, é um volume muito grande, muita coisa para organizar⁴.

¹Na tese desenvolvo ainda outros apontamentos sobre a condição de abjeção das/os catadoras, relativas às relações que o grupo participante estabelecia com outras instituições e a violência de gênero presente nas histórias de vida das mulheres catadoras que participaram da pesquisa.

²Foi mantido o anonimato do local no qual realizei a pesquisa. Também todos os nomes das pessoas são fictícios, com exceção do Movimento Nacional dos Catadores (MNCR), por ser um movimento público e por todas as falas e relatos aqui presentes terem sido proferidos publicamente. Na tese reflito e debato teoricamente sobre estas escolhas publicamente.

³Caderno de campo 11/06/2014.

⁴Caderno de campo 05/06/2014.

Com a “mão da massa” na Associação – triando materiais junto com as/os catadoras/es – várias vezes esta fala retornava à minha lembrança, porque a realidade da Associação pesquisada rememorava esta descrição. A catadora nomeou de “bagunça organizada” a forma como são realizados os processos de trabalho adotados pelas/os catadoras/es e o resultante “caos aparente” com o qual estas/es convivem e lidam. Para descrever esse cenário, utiliza a expressão “bagunça organizada”; contudo, trato este atributo como “caos aparente” acompanhado da expressão “sujeira relativa”, pois considero expressões mais adequadas à discussão que proponho.

É importante ressaltar que na análise da situação das/os catadoras/es debato a questão das marcas da cultura hegemônica, o que exige que se entenda que se está lidando com concepções naturalizadas do que é considerado uma “bagunça”, e do que é algo “organizado”.

Um cenário de “caos aparente” e de “sujeira relativa”, em uma associação de catadoras/es, pode ser prontamente perceptível em um barracão, podendo esta característica encontrar-se pronunciada de maneira intensa ou mais sutil. Isso ocorre devido a vários fatores vinculados à estrutura na qual este trabalho se realiza. Por exemplo: as relações estabelecidas com as instituições que compram os materiais recicláveis, a troca constante de membros da associação e as condições em que os materiais chegam ao local, muitas vezes misturados com resíduos orgânicos. Ressalte-se, ainda, o grande volume de materiais que fazem parte da lida da catação, bem como a maneira ainda equívoca como os materiais recicláveis têm sido separados nas casas, empresas e nos ambientes de serviço público, que tem colaborado intensamente para as dificuldades de organização e a presença de sujeira no trabalho das/os catadoras/es⁵.

Como pesquisadora, identifiquei variadas reações em relação ao “caos aparente” e à “sujeira relativa” – explicitadas mais demoradamente na tese –, questionei os nexos e sentidos produzidos por cada pessoa de acordo com suas concepções e visões de mundo. Percebi, por exemplo, que pessoas não vinculadas ao trabalho da catação demonstravam uma repulsa – seja de forma mais discreta, como através de comentários mais explícitos – pelas condições que o barracão da Associação se encontrava.

Além disso, em diversas situações na pesquisa de campo ocorreram relatos das/os próprias/os catadoras/es, em que elas/es expressavam ter percebido a existência de preconceito em relação ao ambiente de seu trabalho, principalmente devido a este “caos aparente” e à “sujeira relativa” do local. Pontualmente, percebi certa aversão à forma de disposição espacial definida pelas/os catadoras/es, principalmente na conduta de algumas/ns profissionais que propunham realizar algum trabalho de auxílio na organização das/os catadoras/es na Associação.

Nestes casos, estas/es profissionais distinguiam em mim uma referência mais próxima a delas/es, proferindo frases como: “a gente não é acostumado com esta bagunça, com esta sujeira, né?”⁶ Arrisco alegar que aquilo que era visualizado como características em comum está assinalado para além das – e também pelas – questões mais objetivas e práticas, da nossa história e da materialidade do que somos e possuímos. São noções e códigos que nos marcam, nos demarcam e nos transportam a determinadas escolhas e condutas. São noções e normas construídas historicamente⁷. O abjeto só existe porque existem e persistem estas noções. Os corpos abjetos são aqueles que de alguma maneira subvertem, negam ou borram as fronteiras do que pode e do que não pode ser feito, de quem você tem autorização para ser ou não ser.

Kristeva (1982) sugere uma definição que elucida esta lógica ao explicitar que o abjeto se torna repulsivo porque manifesta uma confusão de limites, o que significa que a potência do abjeto delimita uma suposta unidade própria dos sujeitos situados como hegemônicos, mas também a fratura e fragmenta. O abjeto só existe na medida em que alguns sujeitos permanecem hegemônicos, e vice-versa, o que permite compreender a dependência premente desta estrutura.

Neste sentido, as/os profissionais que atuavam junto a Associação e eu podemos funcionar como demarcadores do espaço de abjeção ocupado pelas/os catadoras/es. Naquele contexto, nós temos muito mais atributos do que as/os catadoras/es para sermos os sujeitos hegemônicos

⁵Esta situação permite questionar quais estratégias seriam possíveis de serem constituídas para que a responsabilidade pelos resíduos, que todos produzimos, seja assumida de forma democrática e compromissada. Pensar nestas atribuições desde a produção (as empresas), passando pelo poder público e chegando a/a/o cidadã/ão.

⁶Caderno de campo 15/06/2014.

⁷Na tese realizo reflexões mais profundamente exploradas sobre minha presença em campo atuando como uma referência à norma que pontua o que vem a ser abjeto.

pontuados por Kristeva (1982). Habitar no domínio deste sujeito é viver de forma condizente com uma série de normas socialmente instituídas, e, na realidade da catação e do recorte realizado nesta pesquisa, são as noções de ordem social, de racionalização e da cultura higienista elementos intensos que incidem para demarcar quem é abjeto. Diante deste cenário, na Associação, de “caos aparente” e de “sujeira relativa”, estas são as noções aqui debatidas e problematizadas, visualizando sua propensão à naturalização e a funcionar como um dispositivo de poder, no sentido desenvolvido por Foucault (2011).

Proponho um esforço que se inspira naquele que se faz presente nas obras adotadas aqui como referências de Butler (2008; 2012). Apreendo que a autora evoca um deslocamento no sentido de nos despregarmos de uma imposição: o poder sempre utilizou a estratégia de naturalizar aquilo que é historicamente construído, confundindo estas noções com “verdade”, sem considerar que se trata de códigos relativos e construídos a partir de interesses de determinados grupos sociais. Butler (2008; 2012) denuncia estes arranjos e contribui para a desnaturalização destas noções.

Ao pensar a naturalização do que é considerado ordenado e limpo e do que é bagunçado e sujo - evocando Butler em entrevista para Prins e Meijer (2002) - pode-se compreender que estas disposições se configuram em um discurso que habita o corpo e que, de certo modo, forja esse corpo, confunde-se com ele. Por isso, é tão potente e tão fácil de ser naturalizado, sendo confundido com o que somos encarnando a materialidade dos corpos.

A proposta neste estudo consistiu em debater estes aspectos sem perder de vista uma tensão entre dois pontos, que ficaram evidentes na pesquisa de campo.

De um lado, a percepção de que a luta existente por condições dignas de trabalho no mundo da catação passa, necessariamente, por conquistar um ambiente de triagem que tenha possibilidade de estar mais organizado, limpo e harmonioso. Em várias situações durante a pesquisa de campo presenciei esta reivindicação das/os catadoras/es. Percebi que esta demanda era menos intensa na Associação⁸ mas bastante contundente por parte das/os integrantes e simpatizantes do MNCR nos eventos.

Por outro lado, permanecem as distorções, os conceitos sociais de ordem e higiene que produzem as/os catadoras/es como corpos abjetos, funcionando como potenciais sustentadores de rótulos e preconceitos, onde também incidem as concepções de racionalização do trabalho.

Penso que seja possível argumentar que, somados a este contexto que já traz elementos que podem desvalorizar este trabalho, existem ainda outros aspectos que potencializam uma percepção predominante na sociedade sobre as condições de trabalho das/os catadoras/es. Aspectos que expressam uma aversão a esta atividade, motivados pelos conceitos e ideias historicamente produzidos, sobretudo com o processo de modernização, que introduz preceitos de ordem e da cultura higienista, vinculados a uma conduta moral.

Estes conceitos e ideias construídos historicamente possuem, especialmente na realidade das/os catadoras/es, plena articulação com o conceito de abjeção. Os corpos que estão imersos na “sujeira relativa” e no “caos aparente” são abjetos na medida em que existem os preceitos que determinam o que é naturalizado como “normal”.

Apresento a seguir algumas reflexões sobre a inserção histórica de algumas normas atuantes na cultura brasileira, principalmente as de “ordem” e “higiene”, focalizando o processo histórico da colonização do país e a instauração de uma cultura da modernidade, percebendo como esses elementos culturais se articulam com a vida dos indivíduos.

Das raízes históricas das concepções de ordem e higiene na cultura brasileira

O Brasil – assim como outros países da América Latina – carrega as marcas de sua colonização europeia e das manobras para o controle da sociedade em termos do que foi instituído como ordem e progresso na organização do sistema capitalista. Trata-se de um longo processo, de modo algum homogêneo e contínuo, que exige um aprofundamento mais detalhado para sua compreensão. Contudo, para os objetivos deste estudo, abordo sucintamente este processo focalizando o período de instauração de uma cultura da modernidade, para demonstrar os parâmetros de normalidade social alicerçados em uma noção de ordem e de higiene, que irão incidir na vida das/os catadoras/es e construir sua corporeidade como abjeta.

Norbert Elias (2011) ensina que o processo civilizador, ocorrido entre os séculos XII e

⁸Na tese reflito sobre os motivos que limitam a emergência deste tipo de reivindicação.

XVI, situou a Europa como um modelo das práticas civilizadas, foi excluindo hábitos relacionados aos “impulsos” e adestrando as pessoas a uma moral específica, relacionada, entre outros fatores, a hábitos de higiene e asseio. Assim, inicia-se um longo processo que determina as práticas – e as pessoas – aceitáveis, e aquelas que são renegadas, práticas que ganharam espaço impositivo na América Latina, como assinalam Scribano e Mattar (2009, p. 420).

O processo civilizador foi instaurado criando padrões de conduta, códigos de comportamento e expressões que conquistaram a classificação de “civilizados” como referência a uma sociedade (ELIAS, 2011), no caso, a sociedade europeia. De forma morosa, sucederam-se tanto as transformações comportamentais como a força regulatória que estas condutas, códigos e expressões designam e impõem.

Elias (2011) descreve que aquilo que se convencionou definir como uma “boa educação”, e que foi associado a um comportamento “civilizado”, esteve intimamente ligado às classes dominantes. Em contrapartida, a noção de “incivilizado” foi associada aos comportamentos das classes inferiores.

A leitura do processo civilizador de Elias é útil aqui porque explicita uma noção de normalidade, de instauração de padrões, auxiliando na desnaturalização de conceitos como os de ordem e higiene. Segundo o autor, estes padrões fazem parte de um processo de educação ou “adestramento”, com interesses específicos⁹. É sua discussão sobre a existência de um processo de construção e de naturalização dessas referências que interessa para a presente reflexão.

O que achamos inteiramente natural, porque fomos adaptados e condicionados a esse padrão social desde a mais tenra infância, teve, no início, que ser lenta e laboriosamente adquirido e desenvolvido pela sociedade como um todo. Isto não se aplica menos a uma coisa pequena e aparentemente insignificante como um garfo do que a formas de comportamento que nos parecem mais importantes (ELIAS, 2011, p. 78).

Neste sentido, este sociólogo colabora para este estudo ao ponderar sobre a consagração de normas sociais promotoras de noções morais, que instituem as desejáveis práticas de higiene e incitam a repulsa à sujeira. Elias (2011) apregoa que o processo de educação instituído no Estado Moderno estrutura conceitos de que educar consiste em ensinar um indivíduo a não ser grosseiro, e que ser educado remete a ter uma aparência de “asseado”. A cultura da modernidade “civilizou” o corpo, os desejos e as emoções através da normatização e da propagação de modos de conduta considerados adequados, o que instituiu a vigilância e o controle do comportamento individual e coletivo de todas as classes sociais. Vigilância e controle necessários, na ótica da dominação, para o bom funcionamento da sociedade.

Daí depreende-se a assertiva de que os hábitos de higiene considerados apropriados ratificam uma pessoa educada e dotada de um comportamento civilizado. Em contrapartida, são classificadas como mal educadas e de conduta incivilizada aquelas pessoas que têm hábitos de higiene considerados inadequados, e/ou estabelecem uma relação fora do padrão daquilo que é qualificado como “sujeira”.

Estas ponderações vão de encontro àquilo que podemos conceber como uma produção de “corpos dóceis”, no sentido arquitetado por Foucault (2011), corpos submissos e obedientes, o que o autor assinala como a invenção de uma “nova anatomia política” (FOUCAULT, 2011, p. 134). Essa anatomia que demarca o corpo, neste período, passa a ser abalizada por uma moralidade avaliada no confronto entre a sujeira versus o asseio, a desordem versus a ordem.

Na abordagem foucaultiana, o corpo é modelado por um amplo número de regimes distintos, decorrência de jogos de poder. O poder se instala no próprio cerne dos indivíduos, em sua subjetividade, arraigando-se pelo corpo, nas ações e atitudes, nos discursos, nos processos de aprendizagem e na vida cotidiana, no dia-a-dia dos indivíduos (FOUCAULT, 2011, p. 39).

Tendo em conta esta concepção, da incidência do poder no corpo, Foucault (2002) contribui sobremaneira para o debate que aqui desenvolvo quando analisa o discurso médico-sanitarista na França do século XIX, mostrando que este tinha a pretensão de normalizar a sociedade ditando procedimentos no campo da saúde. Para Foucault (1991), a todo discurso se

⁹Apenas não se pode perder de vista que normas e hábitos de ordem e higiene, decorrentes da concepção europeia, que têm sido valorizados na cultura brasileira, não são os únicos; existem outras referências, como, por exemplo, as da cultura africana, o que não coloca a europeia como a mais “adequada” para todas as pessoas.

atrela uma prática de poder; e, a cada prática de poder há um discurso que a justifica. Ou seja, os discursos são eficazes porque evocam o que ele nomeia de tecnologias de poder, que por sua vez se alicerçam na ideia de que não há mesmo uma verdade, mas efeitos de verdade que se produzem no discurso e que funcionam como instrumentos de poder (FOUCAULT, 1991). É através dos discursos - sejam eles científicos, jurídicos, de senso comum, e outros - que interiorizamos o que fazer, e como fazer.

A “sujeira”, por exemplo, segundo o discurso médico-sanitarista, estaria vinculada à possibilidade de contaminação provocando doenças. Se isso é uma “verdade”, para além da possibilidade de ser relevante especificar, por exemplo, qual “sujeira” tem potencial contaminante e se existe um tipo de “sujeira” que não vem a ser contaminante, trata-se de “pormenores” que, supostamente, não têm importância. A eficácia deste discurso está em seu efeito de verdade presente nas estratégias pelas quais esta noção é disseminada, generalizada, naturalizada, e continuamente alicerçada e fiscalizada pelos dispositivos de poder, jurídicos ou não, que funcionam, conforme designados por Foucault, como tecnologias de poder.

Por isso que raramente se tem dúvida de que a “sujeira” causa doença e de que ser “sujo” gera a consequência de estar moralmente condenado. Aquela/e que questionar esta lógica, esta “verdade”, torna-se inconveniente, ou seja, fora das convenções.

Todo este investimento social visa o “bom” funcionamento da sociedade, que deve se organizar de forma “harmônica” e “ordenada”, como observa Foucault (2002) em “Os anormais”. O julgamento do que vem a consistir “harmonia” e “ordem” é estruturado em função de atender aos interesses dos que constituíram e/ou constituem o poder vigente, do qual fazem parte médicos e juristas. E aqui, destaca-se a ocorrência de um interesse de adesão dos esforços do saber médico com o aparato jurídico. O primeiro designa os conceitos que devem pautar a conduta dos indivíduos; e o segundo, representa o sustentáculo de apoio legal para concretizar a vigência dos parâmetros almejados e idealizados pelo saber médico.

Essas tecnologias de poder se valem da produção e difusão de normas e procedimentos visíveis e palpáveis em sua natureza operativa, aquelas atuações efetivas reguladas pelas instâncias político-administrativas, visando à produção de comportamentos aceitáveis, tanto individuais quanto coletivos (FOUCAULT, 2002, p. 64). Para compreender como se movem e se disseminam estas tecnologias de poder, é imprescindível visualizar uma máxima inerente à visão foucaultiana, que é a afirmação de que o poder não está concentrado no Estado, mas permeia todas as relações do cotidiano, integrado vivamente nas práticas sociais (FOUCAULT, 1991). É o que ele denomina de microfísica do poder.

No Brasil, com suas variadas matizes e heterogeneidade de expressões, a cultura da modernidade teve seu desenvolvimento mais acirrado nas primeiras décadas do século XX. Inspira-se nos modelos advindos dos Estados Unidos e da Europa, tendo como um dos seus pilares a perspectiva higienista, bem traduzida por Sevcenko (1998, p. 571) ao certificar que a polícia do período laborava com um objetivo: “varrer as fezes sociais”. Eram práticas intercedidas pelo conceito de eugenia e por uma política sanitária, que justificava o banimento dos pobres para os morros. O autor complementa este quadro expondo a existência de campanhas que regiam a abolição de condutas e materiais considerados passíveis de acumular sujeira.

O crescimento urbano-industrial deste período é mediado por uma nova ordem social racionalizada, marcada pelas preocupações médico-sanitaristas. As expectativas burguesas do início do século XX estavam voltadas para a formação de uma mão-de-obra que atendessem à demanda das fábricas. Margareth Rago (1987) explica que o intuito era transformar as/os trabalhadoras/es rudes e ignorantes em mão-de-obra higiênica e adequada. Era um tempo em que se assumiu que todo “tipo de comportamento desviante, toda forma de relacionamento incontrolável, ameaçadora e impura devem ser auto circuitados. Assim se pretende formar o novo proletariado, impondo-lhe uma identidade moralizada, construída de cima e do exterior” (RAGO, 1987, p. 18).

Na formação da sociedade urbana brasileira o temor de uma série de ocorrências sociais – como a pobreza, as insurreições dos escravos, a “africanização” da nação nascente – esteve no

centro da definição de uma elite social¹⁰. Este medo “se transfigura em sentimento, em afeto, em política econômica, em projetos de lei, em fragmentos discursivos, em cenários, em políticas sanitárias” (BATISTA, 2014, p. 85). O medo invade e infecta todas as frestas e os castos da vida, como complementa Loic Wacman (*apud* BATISTA, 2014, p. 10).

Trata-se de novas representações de temor e perigo¹¹ alicerçadas na desigualdade social, que geraram a “domesticação brutal das classes sociais pobres” (BATISTA, 2014, p.79). Numa sociedade pautada pelo positivismo, que tem como lema “ordem e progresso” em sua bandeira, e se pauta pela cultura higienista, Batista (2014, p. 79) evidencia que a “colocação em ordem” e um “modelo de pureza” “tem que dar conta das ‘novas anormalidades’, tratando de identificar, traçar e criar constantemente fronteiras para os ‘novos estranhos’”, que não se inserem nesta ordem e podem travancar o progresso.

A definição de “estranhos” da autora citada acima contextualizada historicamente neste período, interessa porque tem aderência com aquela de abjetos: “os estranhos ‘não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético do mundo’ eles ‘poluem alegria com angústia’, embaralham as fronteiras e por isso produzem mal-estar e insegurança” (BATISTA, 2014, p. 80).

No século XIX, estes “estranhos” são assim considerados socialmente, nas terras brasileiras, através da produção de um saber que os controla, saber este amplamente amparado pelo discurso médico e jurídico, que combaterá a desordem social. Para a autora, este fenômeno está plenamente associado a uma imagem de que as questões de contaminação transbordarão do ar para as pessoas.

Na mesma linha de raciocínio de Foucault, Batista aponta que esta medicina social tem o objetivo de normalização assumindo uma imagem de recuperadora, e atua a partir das normas que impõem exigências a um cenário interpretado como hostil e diferente. A autora discorre sobre a existência neste período de uma “medicina política” e reivindica que se fique atento para

[...] os sentidos que a expressão *medicina política* encerra e seus vínculos com a ideia de bio poder de Foucault. Enfim, engendram-se, a partir de um movimento mais global, as estratégias de bio poder na periferia, onde, de uma certa forma, vigoram ideias (ainda não científicas) de uma população problema, metáfora de contaminação (BATISTA, 2014, p. 163, grifos da autora).

Aqui, pode-se visualizar uma concepção que se expressa em conceitos que colocam algumas pessoas como inerentemente contaminantes e, portanto, significando um problema que deve ser eliminado, além de sustentar e justificar incidências de violências dirigidas a estas pessoas¹².

Loic Wacquant (2003 *apud* BATISTA, 2014), ao entender estas práticas como embrionárias de tantas que ainda hoje são atuantes, coloca a questão desta maneira:

Assim como na Europa no passado e hoje, esses discursos foram e são adornados, amplificados e dirigidos contra certos alvos pelas elites urbanas, para salvaguardar e expandir seu domínio num período de insurreição social dramática [...] então, como agora, as forças da ordem são encarregadas da missão de inspirar confiança às elites e infundir terror aos morros. Ontem, como hoje, o “outro” assustador sobre quem se desata a violência física e simbólica concentrada no Estado, é uma massa enxameada e sem rosto de marginais de pele escura, [...] inimigos diabólicos da nação, violadores congênitos daqueles códigos morais (WACQUANT, 2003 *apud* BATISTA, 2014, p. 12).

Interessante notar que Elias, Foucault e Batista, ao debaterem sobre o processo que

¹⁰No livro “O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história” Vera Malaguti Batista parte desta realidade circunscrita na capital carioca, mas sempre mirando tanto as influências europeias como tomando o caso desta cidade como um exemplo ilustrador do que sucedeu no resto do país. Seus argumentos, além daqueles expostos, dialogam intensamente com a questão do racismo e da criminalização do negro e do pobre, seguindo, em boa parte, a abordagem desenvolvida por Loic Wacquant, que, a propósito, realiza um prefácio da obra.

¹¹São consideradas novas devido àquilo que a própria autora demonstra em seu livro sobre os medos difundidos socialmente na Europa renascentista, sobretudo apoiando-se na obra de Jean Delumeau (1978) “La Peur em Occident”. Este historiador fala sobre o medo difuso, nutrido pelas guerras feudais, epidemias, conflitos religiosos, demonstrando a forte mão da Igreja nesse período, que manipulou e canalizou os medos sociais.

¹²São esclarecedoras e chocantes as diversas fontes que a autora utiliza para evidenciar, por exemplo, a concepção de contaminação em relação às/aos negras/os. “Os africanos são tão perigosos como os miasmas” (BATISTA, 2014, p. 165) ou ainda quando evidencia a visão de contaminação que pode advir através das escravas, amas de leite.

ratificou normas de conduta sociais, fundamentadas nos discursos higienista e da ordem, desembocam em uma categoria social correlata à da abjeção, que cada uma/um denomina à sua maneira - embora o primeiro não pareça muito interessado em delimitar e destacar esta classificação, demonstrando-a de maneira menos circunscrita. “Incivilizados”, “anormais” e “estranhos” são as pessoas que, em algum sentido, não apresentam aderência em grau satisfatório a esta gama de normas atuantes em cada cultura e período abordados por cada autora/r. Importante ressaltar que são normas que não diferem substancialmente daquelas que acometem os corpos abjetos que povoam nossa sociedade no aqui e agora.

No caso desta pesquisa são noções que incidem na realidade das/os catadoras/es, uma existência que torna tão comum e íntimo o ato de lidar com os materiais recicláveis, que produzem um “caos aparente” e uma “sujeira relativa”. Quando os resíduos chegam à Associação estão dotados de marcas de sujeira, como restos de alimentos, de produtos de limpeza, de barro. Durante o trabalho, os corpos das/os catadoras/es e suas roupas estão permanentemente marcados pela sujeira. Nesta sujeira carimbada no corpo estão carimbados também rótulos estabelecidos por uma moralidade que vincula um corpo sujo a um corpo dotado de coisas ruins. São corpos, no enfoque butleriano (BUTLER, 2008) considerados pelo poder instituído como sem importância, corpos que representam vidas que deveriam ser corrigidas, ou que não mereceriam serem vividas.

Torna-se atuante uma correspondência de acepções entre limpeza (ou pureza) e ordenamento, já anunciados por Mary Douglas (1991, p. 07), e que classifica as pessoas numa moralidade que se ancora nas ideias de sujeira (ou impureza) como sinônimo de desordem. Num projeto de modernidade, em um país desejoso de ordem e progresso, torna-se imperioso que sejam inculcadas na organização social brasileira, diretrizes higienistas e sejam banidas as ações - e as pessoas - que desrespeitem estas normas, estabelecidas no interior desta sociedade.

Em Mary Douglas (1991) reforçam-se pistas para a compreensão deste tipo de relação moral com a sujeira e sua conseqüente retaliação, pois assinala dois pontos importantes para a presente reflexão. Primeiro, indica que “concebemos a impureza como uma espécie de compêndio de elementos repelidos pelos nossos sistemas ordenados” (DOUGLAS, 1991, p. 30). E, segundo, abre mais uma cavidade para desnaturalizar esta concepção, pois se acredita que

A impureza é uma ideia relativa. Estes sapatos não são impuros em si mesmos, mas é impuro pô-los sobre a mesa de jantar; estes alimentos não são impuros em si, mas é impuro deixar os utensílios de cozinha num quarto de dormir ou salpicos de comida num fato; os objetos da casa de banho não estão no seu devido lugar se estiverem na sala de visitas; o mesmo é válido para as roupas abandonadas sobre uma cadeira; para coisas da rua que estão dentro de casa para objetos do primeiro andar que estão no rés-do-chão; para as roupas de baixo que aparecem onde devia aparecer roupa de cima, e por aí adiante. Em suma, o nosso comportamento face à poluição consiste em condenar qualquer objeto ou qualquer ideia susceptível de lançar confusão ou de contradizer as nossas preciosas classificações (DOUGLAS, 1991, p. 30)¹³.

O que dizer da montoeira de objetos “deslocados” e “órfãos” – sem dono - que jazem na esteira, no chão, debaixo da mesa, dentro dos *bags* no barracão de reciclagem das/os catadoras/es? Que sentidos e confusões podem sugerir devido ao lugar relativo que ocupam? Sutiã que desfila ao lado de cebola estragada e papel higiênico usado. Lembrancinha de nascimento de bebê enovelada com garrafa de vidro quebrada, com cheiro de cigarro e bebida alcoólica, dentro de uma mala sem alça. Livros didáticos, sujos de caldo de feijão, embaralhados com sapato de salto plataforma vermelho *gliter* e creme hidratante derramado. Batom quebrado, lixa de unha, cabelos entropilhados com caixa de leite longa vida do lado do papelão de pizza, no qual ainda está grudado um talho de queijo e um celular que talvez ainda funcione.

Amontoado de coisas que, a princípio, não circulam na classificação de sujas ou impuras, mas neste contexto ganham outro sentido. São todas situações que lançam confusão e contradizem as “nossas preciosas classificações”.

Considerando um contexto de amarração entre os sentidos de sujeira, impureza e lixo, com desordem e incivilidade, Douglas (1991) lança luz na tarefa de desconstruir um conceito cristalizado de impureza demonstrando sua relatividade. Numa sociedade que pretende qualificar e aplicar

¹³Este livro é uma versão traduzida para a língua portuguesa fluente em Portugal, por isso constam expressões próprias de lá e um tanto estranhas a nós.

critérios de aceitabilidade e civilidade, que estabeleçam uma ordem desejada, as pessoas estão expostas a classificações que perpassam as estruturas sociais, expressando escolhas e consequências culturais, políticas, econômicas.

Portanto, a organização social resultante da cultura da modernidade permite vislumbrar a construção e a sedimentação de códigos que têm atuado socialmente de diversas maneiras e que determinam quem são os corpos abjetos. Dentro desta estrutura, a categoria catadoras/es demarca seu espaço social.

Sugiro que estas concepções, construídas histórica e socialmente, criam cavidades ainda mais fundas entre os “normais” e os abjetos, delimitando com altos muros conceituais os espaços e os papéis sociais. É assim que permanece garantido o recinto supostamente inócuo da “normalidade”, o limpo que não se mistura a substâncias estranhas. Os higienizados e ordenados devem apartar-se dos sujos e caóticos. Contaminação, termo que os saberes e as práticas da medicina empregam, e cuja origem é o temor às doenças, passa a ter um sentido que vai além do domínio da biologia, extrapola o receio relativo às bactérias e demais microrganismos que podem ameaçar nossa saúde. A suposta possibilidade de contaminação na fisiologia social é uma estratégia potente que tem garantido que os espaços de abjeção se perpetuem, seguindo sempre o mesmo destino.

Pedro Pereira (2001), ao refletir sobre a abjeção no caso de pessoas contaminadas com vírus da AIDS, apoia-se em Mary Douglas para afirmar que

O puro e o impuro são fenômenos que transcendem a esfera da assepsia físico-biológica, pois constituem marcas que estabelecem coerência cultural, naturalizando e impondo posturas. A sujeira, argumenta Mary Douglas (1991), é a desordem, e o pensar sobre coisas impuras deve passar por uma reflexão sobre a ordem e a desordem, a forma e a não forma. Uma pessoa contaminada é aquela que cometeu erros e se coloca como fonte de ameaça. A contaminação é um perigo justamente porque existem ambiguidades e a demarcação é difícil ou impossível. Devem-se centrar forças para que os sujeitos contaminantes sejam controlados, a ordem estabelecida e definidos os limites sociais (PEREIRA, 2001, p. 135).

Embora o autor esteja se referindo a uma circunstância específica, uma vez que aborda uma realidade que envolve a possibilidade de contaminação de uma doença – a AIDS –, justamente por isso, ele colabora com a reflexão a respeito da ideia de contaminação. Ao definir que a pessoa contaminante situa-se socialmente para além da esfera da assepsia físico biológica, esclarece que a possibilidade de contaminação vasa para outros domínios mais subjetivos e, não obstante, de forma alguma menos incisivos.

Quando uma catadora me disse: “tem gente que chega aqui e nem cumprimenta a gente com aperto de mão, porque tem nojo”¹⁴, estes elementos estão presentes, atuantes nas escolhas de conduta, de movimento, tanto no corpo da catadora como de quem evitou o contato.

Num quadro semelhante ao indicado por Pereira as/os catadoras/es sofrem um repúdio que as/os resguarda e conserva em sua condição de abjeção, na medida em que as/os classifica como potenciais contaminantes, sendo que as estratégias de poder não atuam somente classificando as partes impuras, mas com o intuito de “retirá-las do corpo social, afastando o perigo, o que implica segregar os indivíduos contaminantes, justamente porque eles põem em perigo as identidades hegemônicas” (PEREIRA, 2001, p.136).

Para Butler¹⁵ (2008, p. 153) este “repúdio” é o que “produz o domínio da abjeção”, que passa a ser alocado em um “espectro ameaçador”. E nesta estrutura subjetiva social o sujeito emerge a partir do repúdio à abjeção, pois, na elaboração de Butler (2012) é no ato de rejeição de um “outro abjeto” que se funda a identidade de um “eu hegemônico”. Portanto, a composição de uma identidade culturalmente hegemônica coaduna-se com a construção de identidades deterioradas.

Uma noção só existe em relação à existência da outra, numa trilha semelhante àquela na

¹⁴Caderno de campo 15/09/2014.

¹⁵Butler apresenta esta discussão, bem como a grande maioria daquelas que abordam os corpos abjetos, enfocando, sobretudo, as questões de gênero. Contudo, em entrevista concedida a Prins e Meijer (2002) Butler esclarece que a abjeção abarca as pessoas que, de formas variadas, situam-se fora de normas culturais e são consideradas vidas desprezíveis, em contraposição àquelas vidas que importam. Evidentemente, neste estudo escolho os conceitos e ideias de Butler sobre abjeção que são articuláveis às reflexões aqui propostas.

qual o sujeito considerado limpo, normal, emerge na medida em que pontua o outro como abjeto. A trama cultural da lógica das relações sociais ensina que para ter meu local social demarcado como limpo, puro e higiênico e de forma satisfatória, necessito da existência de um “outro”, sujo, impuro e anti-higiênico.

Sempre que tais noções são acionadas, existe uma tendência de uma emergir vinculada à outra. Estas noções estão como que tatuadas em nossa memória, em nossos corpos e gestos. São os discursos materializados nos corpos, e os corpos, que também são discursos, de que nos fala Butler. Os discursos naturalizam, influenciam e determinam condutas, sem que se tenha consciência ou uma atitude de distanciamento em relação a tais comportamentos. Portanto, para que essa engrenagem social funcione, são forjadas estratégias dentro de uma dinâmica de poder, relacionadas às “práticas regulatórias que produzem os corpos que governam” (BUTLER, 2008, p. 153). Aqui a autora citada traz uma das heranças de Michel Foucault (1991), que desenvolveu uma ideia central de uma visão que estabelece uma íntima relação entre discurso e poder, ou seja, o discurso normatiza, ditando como os indivíduos devem se comportar.

Para concluir

As incursões teóricas apresentadas neste artigo tiveram como principal escopo desenvolver um debate sobre como os códigos que regulam os recintos da normalidade e da abjeção podem ser reconhecidos na construção histórica da sociedade, desnaturalizando sua concepção como “verdade”. Estas práticas regulatórias possuem uma plasticidade na sua composição, pois se reconfiguram de acordo com as necessidades de adaptação à realidade, aos valores, aos interesses e aos discursos que circulam. Resguardam a finalidade de que esteja assegurada a “suposta garantia” para que predomine o puro, o certo, o bom, o reto, enfim, o “dócil” como colocado anteriormente, citando Leticia Lanz (2014, p. 228).

Daí, pode se concluir que as normas designam quem pode ser considerado aceitável, quem é importante e, conseqüentemente, quem tem um status social menos importante, até mesmo desprezível. São corpos e subjetividades que Scribano e Mattar (2009, p. 411) situam como marcados e tachados na zona do horroroso, apreendendo percepções de si construídas com base na rejeição do diferente, num cotidiano que produz dispositivos para naturalizar esta sistemática.

Estas normas regulam tanto aquelas/es que, de certa forma, as aceitam quanto aquelas/es que as subvertem. Entretanto, pode-se afirmar que incidirão mais violentamente sobre aquelas/es que estejam de alguma forma subvertendo-as. Ou seja, as normas que regulam espaços sociais, como aqueles da abjeção, da discriminação, do preconceito e da exclusão, e também aqueles da aceitação, da inclusão. São conceitos e modelos que circulam e se reafirmam nos discursos e práticas sociais e culturais, reproduzindo as estruturas que empurram para a produção de corpos subjugados como abjetos, ou para os corpos limpos, higienizados, aceitos como normais.

É neste lugar da abjeção que catadoras e catadores tem habitado. Suas existências têm acontecido sob o jugo de discursos e práticas naturalizantes que consideram suas vidas menos importantes. Na intenção de luta por dias melhores, por uma vida mais digna, compreender os meandros que sustentam e nutrem a continuidade dessas fontes de sofrimento e violência, pode indicar caminhos para debates e ações que efetivem mudanças. A caminhada demanda construir espaços onde todas as pessoas possam ser consideradas vidas que merecem ser vividas.

Referências

BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1991.

FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*. Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*:

nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2011.

KRISTEVA, Julia. *Powers of Horror: an essay on abjection*. Nova York, Columbia University Press, 1982.

KUHN, Daniela Isabel. “*Eu não sou lixo*”: *abjeção na vida de catadoras e catadores de materiais recicláveis*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, UTFPR, 2016.

LANZ, Letícia. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero*. SCHLA/UFPR, Curitiba, dissertação de mestrado, 2014.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Revista de Estudos*

Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, 2002. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100009>.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SCRIBANO, Adrián. & MATTAR, Gabriela. Feos, sucios y malos: la regulación de los cuerpos y las emociones en Norbert Elías. *Cadernos do CRH*, v. 22, n. 56, p. 411-422, 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792009000200014>.

SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil (vol. 3) – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

